

LÍNGUA E HIPERLÍNGUA

Sylvain Auroux

Laboratório de História das Teorias Lingüísticas

Universidade de Paris VII-CNRS

ENS - Fontenay/St.-Cloud

RESUMO: Reflete-se, neste texto, sobre os limites de uma concepção de gramática enquanto teoria científica que descreve a gramática que estaria na mente dos falantes. Opondo-se a esta posição, o autor sustenta e desenvolve seu conceito de hiperlíngua, que toma a língua em funcionamento em um espaço/tempo. Um dos elementos deste espaço/tempo são os instrumentos da gramatização como gramática e dicionário, por exemplo. A partir do conceito de hiperlíngua sustenta-se a externalidade da referência e a historicidade da linguagem.

Um Axioma do Senso Comum

DE MANEIRA geral temos tendência em pensar que se os homens falam, é porque eles têm um “gramática na cabeça”. O lingüista chega mesmo a considerar que seu trabalho teórico (a elaboração de uma gramática ou gramática 2) é o conhecimento desta gramática (ou gramática 1). Essa é, inclusive, a hipótese de Chomsky

Um dos elementos fundamentais do que se chama vagamente “conhecimento lingüístico” é (...) o conhecimento da gramática, ou seja, de uma estrutura de regras, de princípios e de representações existentes no espírito(...)

A gramática representada no espírito(...) é um “objeto real”; (...) É em função desta gramática que deve ser definida a língua (...)

Tomaremos cuidado em distinguir entre a gramática postulada no espírito e a gramática do lingüista, teoria articulada explícita que se esforça por exprimir precisamente as regras e os princípios da

gramática presente no espírito do locutor ouvinte-ideal. Esta Gramática do lingüista é uma teoria científica, exatamente na medida em que ela corresponde à gramática interiormente representada (Chomsky 1980: 88, 114, 207).

Esta hipótese não é própria à gramática gerativa. Se Chomsky a formula com vigor e se ela constitui o fundamento da maior parte das reflexões cognitivistas, pode-se dizer que ela está subjacente às teorias gramaticais as mais tradicionais. Ela tem quase o estatuto de um axioma do senso comum em matéria de linguagem (o que se chama por vezes “lingüística popular”). Propomos algumas observações rápidas que visam, não exatamente a refutar este axioma, mas a mostrar seus limites na explicação lingüística.

Língua Gramatical, Língua Empírica e Hiperlíngua

Sabemos aproximadamente o que é uma gramática 2, pois trata-se de um objeto empírico do qual podemos traçar a história: Esta remonta, no Ocidente, à *Tekhnê* de Dionísio da Trácia. Uma gramática 2 é tradicionalmente composta de ingredientes característicos: exemplos canônicos, paradimas e regras. Ela permite construir frases, freqüentemente com a condição de suplementar uma boa dose de conhecimentos que permaneceram implícitos. O conjunto das frases que permite construir uma gramática é uma *língua gramatical*. Se nomeamos *língua empírica* o conjunto das frases efetivamente pronunciadas por um grupo de seres humanos e seus descendentes, é possível mostrar que língua gramatical e língua empírica são incomensuráveis (ver Auroux, 1994 a): uma gramática 2 não permite prever as frases que serão efetivamente pronunciadas, se nos damos um tempo suficientemente longo para a observação.

Se a gramática 2 é o conhecimento da gramática 1, esta última deve ter a mesma propriedade gerativa quanto à língua gramatical e, por conseguinte, as mesmas limitações quanto à língua empírica. Este resultado é paradoxal se a gramática 1 é o que permite ao indivíduo falar. Com efeito, é melhor fazer a hipótese de que o modelo é pouco realista. Podem-se opor dois modelos, o modelo da competência gramatical que acabamos de descrever, e um modelo mais complexo, que coloca em jogo um outro elemento, que propomos chamar, por falta

de outro melhor, a *hiperlíngua*:

Modelo da competência gramatical:

- uma mesma gramática 1 semelhante ao que conhecemos como gramática 2 é “implementada” em todos os indivíduos que falam uma mesma língua (gramática é um termo geral; é evidente que a mesma coisa vale para o “dicionário”).

Modelo da hiperlíngua:

- diferentes indivíduos têm entre si relações de comunicação;
- estas relações se efetuam sobre a base de competências lingüísticas; competência deve ser tomada no sentido mais trivial do termo: trata-se das aptidões atestadas por sua realização;
- as competências lingüísticas individuais não são as mesmas;
- os indivíduos podem ter acesso a instrumentos lingüísticos (ver secção seguinte);
- os indivíduos têm atividades sociais;
- as relações de comunicação têm lugar em certos ambientes;
- *definição*: chamamos hiperlíngua um espaço/tempo estruturado pelos elementos que acabamos de enumerar.

A língua em si não existe. Não existem, em certas porções de espaço-tempo, senão sujeitos, dotados de certas capacidades lingüísticas ou ainda de “gramáticas” (não necessariamente idênticas) envolvidos por um mundo e artefatos técnicos, entre os quais figuram (por vezes) gramáticas e dicionários. Dito de outro modo, o espaço-tempo, em relação à intercomunicação humana, não é vazio, ele dispõe de uma certa estrutura que os objetos e os sujeitos que o ocupam lhe conferem.

Para que os indivíduos possam comunicar, não é certamente necessário que compartilhem a mesma “gramática” (a qual, de fato, não sabemos o que é, com a condição de tratá-la no modelo da gramática 2), é necessário que pertençam a uma mesma rede de comunicação, a uma mesma hiperlíngua. O interesse da noção de hiperlíngua é de levar

em conta, na determinação da atividade lingüística, de um lado, os sujeitos falantes e suas diferenças de competência, de outro, o ambiente cultural e a realidade não-lingüística.

A hipótese da hiperlíngua não é certamente trivial. Para poder defendê-la, é necessário que sejamos capazes de trazer alguns elementos empíricos a favor da realidade. Apresentarei quatro: o papel dos instrumentos lingüísticos, a participação do mundo na referência, a cegueira verbal, a necessária dualidade da competência lingüística e, enfim, o valor explicativo da hiperlíngua na história da lingüística.

Os Instrumentos Lingüísticos

Qual é a natureza das diferentes realizações do que chamamos *gramática 2*? Já vimos a hipótese segundo a qual se trataria de uma representação da competência dos indivíduos, igualmente distribuída em cada um deles. Uma outra hipótese consiste em lhe atribuir um valor descritivo; ela não é mais irrealista que a precedente. Mas convém então determinar do que ela poderia ser a descrição. Evidentemente, só pode ser de algo que preexiste. Os homens falam antes da elaboração de qualquer gramática 2; se esta é uma descrição não pode ser senão deste estado oral da fala antes de qualquer trabalho de gramático ou de lingüista. Sabemos aproximadamente como se deu o longo processo que conduz à construção das gramáticas e dos dicionários, o que chamamos de processo de *gramatização* (ver Auroux, dir., 1992 e Auroux, 1995 b). Não se trata de um simples processo de descrição, mas de uma verdadeira “instrumentação” das línguas. Para o francês, nós o seguimos desde as primeiras traduções das gramáticas do latim, as primeiras listas de palavras, as primeiras tentativas de traduzir sistematicamente os autores latinos, etc. A virada decisiva é o aparecimento do primeiro dicionário monolíngüe da Academia (1694). Nunca será demais se colocar a questão sobre a utilidade a que poderia corresponder um dicionário à intenção dos usuários de uma língua. De um lado, supõe-se que eles a conhecem; de outro, se cada um dentre eles já tivesse o dicionário “na cabeça”, este não serviria para nada. A única solução é admitir que o dicionário não corresponde à competência de nenhum dos locutores. Segundo a expressão de Collinot e Mazière (1997), ele é um verdadeiro “prêt à parler” ou ainda uma “prótese”, um “instrumento lingüístico” que permite a cada um

(intermediando a aquisição de uma competência segundo a manipulação do dicionário) aceder a uma competência objetiva maior que a sua.

Os resultados de um estudo detalhado (Nunes, 1996) da gramatização do português do Brasil pode nos permitir ver exatamente os limites de nosso propósito. Pode-se imaginar que os portugueses desembarcando no Brasil, depois organizando a colonização e, enfim, sua independência, falavam sua própria língua. Era, no entanto, em um contexto diferente daquele da Europa, pois estavam em um outro ambiente natural (ver secção seguinte) e, sobretudo, porque eles eram submetidos a trocas plurilíngües (línguas indígenas, tupi notadamente, e línguas africanas). Enfim, eles se puseram a questão da identidade de seu modo de falar (questão da língua nacional). Ora esta questão corresponde a um processo de gramatização perfeitamente identificável. Os dicionários monolíngües foram desenvolvidos no Brasil durante todo o século XVIII. Apareceram igualmente dicionários de regionalismos; dicionários do vocabulário literário; dicionários técnicos (por exemplo o dicionário da construção naval de Antonio Alves Câmara, 1888); enfim, dicionários que reagrupam todos (*Dicionário de Vocábulo Brasileiros* de Baurepaire-Rohan, de 1889 e *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* de Macedo Soares, 1889). É a partir destes trabalhos que se põe verdadeiramente a questão do “brasileiro” e dos “indigenismos” que o caracterizam. Sem o trabalho de gramatização (no qual é preciso compreender, por exemplo, os estudos do tupi), a resposta de um Câmara ou de um Baurepaire-Rohan seria impossível. Para nosso problema a situação é clara: esta empresa é simplesmente a descrição da maneira pela qual as pessoas falavam fora dela (ela teria por única função permitir sua representação) ou ela criou alguma coisa? Não há razão para considerar que este caso difere fundamentalmente do da gramatização francesa.

A gramatização não deixa os espaços de comunicação inalterados: ela produz instrumentos lingüísticos que figuram na hiperlíngua e modificam sua estrutura. Ela permite notadamente uma maior estabilidade lingüística, como se vê nos casos como o do sânscrito, do latim e, de modo mais geral, das grandes línguas modernas (comparemos, por exemplo, a evolução do francês entre os séculos XIV e XVII, por uma lado, e o século XVII e XX por outro).

Toda gramática - toda representação que analisa enunciados

lingüísticos - contém um conjunto de hipóteses sobre a estrutura de uma certa hiperlíngua. Uma hiperlíngua pode ser estável ou instável, ela pode ser isotópica ou não, os sujeitos que aí se encontram podem ser extremamente puristas ou muito tolerantes, etc. Em todo caso, ela é esta realidade que engloba e situa toda realização lingüística e limita concretamente toda inovação.

A participação do Mundo na Referência

A linguagem não é autônoma, não se trata de uma esfera de atividade em si e por si. Para funcionar como meio de comunicação, ela deve estar situada em um mundo dado e entre outros hábitos sociais. E não há linguagem humana possível sem hiperlíngua.

É fácil ilustrar esta tese *a contrario*. Suponhamos um indivíduo qualquer X, monolíngüe, deixado em uma ilha deserta e dispondo de um rádio; este último faz uma emissão em uma língua desconhecida para nosso personagem. Então é claro que X não poderá jamais compreender qualquer coisa das emissões que ouve. Isto não tem nada a ver com limitações de sua inteligência; o lingüista mais dotado que possamos imaginar não se daria melhor se a língua em questão não tem parentesco com as línguas das quais o lingüista conhece os princípios. Para saber aquilo de que as pessoas falam temos necessidade de uma ligação com o mundo do qual elas falam e do conhecimento da ligação de sua língua com o mundo. Estes dois tipos de ligação não são, certamente, independentes e os aprendemos geralmente no curso de um mesmo processo global. Mas a língua não gera ela mesma sua referência.

O conhecimento gramatical do francês nos é suficiente para compreender que as duas expressões seguintes são bem formadas:

(i) Université Libre de Bruxelles

(ii) Ecole Libre

Todavia para compreender estas expressões, é necessário conhecer os hábitos sociais, as realidades culturais que fazem com que a palavra "libre" signifique em um caso mais ou menos o contrário do outro. Este é um processo sobre o qual os dialetólogos têm prestado atenção.

Assim, no que diz respeito à palavra *maquis*, segundo Dumont, para o francês da África:

Côte d'Ivoire: restaurant semi-clandestin où l'on consomme surtout du gibier fourni para les braconniers

Sénégal: Bar dancing ou hotel fréquenté par les prostituées et le mauvais garçons

Mali et Sénégal: ensemble des lieux mal famés d'une ville. Le maquisard est celui que fréquente les mauvais lieux et la maquisard la tenancière d'un bar mal famé

Podemos compreender bem a referência de “maquis” com a ajuda de paráfrases do francês corrente, como em geral o fazemos, mas não são estas paráfrases que criam a referência.

A externalidade da referência é um princípio que vai além da simples constatação segundo a qual os objetos dos quais fala a linguagem estão fora dela. É preciso compreender até este ponto último onde se deve admitir que o próprio mundo externo participa do sentido. Um habitante do Quebec (ou um brasileiro) utiliza bem a mesma expressão que o francês (ou o português) quando fala de uma “grande árvore”. No entanto, por muitos indícios textuais notaremos que as expressões não têm o mesmo sentido: a língua gramatical não mudou, é o mundo que mudou, provocando uma mudança da hiperlíngua.

Considere um sujeito dotado de capacidades lingüísticas dadas e o desembarque em um outro mundo, supondo inclusive que nenhuma capacidade lingüística nova figura em seu ambiente (por exemplo, um jesuíta do século XVII que desembarca em uma ilha inabitada do caribe ou um astronauta em um novo planeta). Suponha que exista neste mundo um objeto que não conhecemos. Ele o designará por uma palavra qualquer, nova ou que pertença a seu vocabulário, por exemplo, “or”. Se, permanecendo em nosso mundo, possuímos as mesmas capacidades lingüísticas que as que tinha no início, então seremos, sobre a base das capacidades lingüísticas próprias, incapazes de predizer o novo valor referencial de “or”.

Da mesma maneira, o Francês habituado a referir o sintagma “*école libre*” às escolas privadas (geralmente católicas) não pode predizer o valor atribuído pelos belgas ao mesmo adjetivo “*libre*” no título de

“*Université libre de Bruxelles*” no qual se trata, inversamente, de designar uma instituição do Estado, livre de qualquer restrição confessional. A evolução da hiperlíngua não é marcada necessariamente na estrutura morfológica.

É impossível aprender a falar uma língua sem aprender a se mover em uma hiperlíngua. Esta situação tem conseqüências profundas para qualquer teoria da referência. Um dos impasses da filosofia analítica da linguagem provém de que ele tentou construir uma teoria da referência em um contexto totalmente abstrato, no nível do que chamamos a língua gramatical. Existe certamente a este nível procedimento de referenciação (Quine é um dos primeiros a ter insistido sobre este ponto, reencontrando por isto o que um lingüista como Benveniste considerou sob a categoria do *aparelho formal da enunciação*). Mas isto não implica uma relação estável entre a entidade lingüística e um tipo de objeto do mundo. Isto implica ainda menos que a estrutura da entidade lingüística determina sua própria relação com a natureza dos objetos do mundo. Putnam, depois de ter explorado uma quantidade de hipóteses coerentes com este ponto de vista acabou por renunciar a eles. Ele conclui daí que é necessário rejeitar o operacionalismo (a significação de uma expressão é identificado a seu uso), o verificacionismo (a significação de um expressão é identificada a suas condições de verdade) e o funcionalismo (a significação é um estado mental que tem um papel causal no comportamento). Em matéria semântica “o ambiente contribui para fixar a referência” (1990, p. 77). É necessário acrescentar ao ambiente a seqüência dos comportamentos humanos. Não há, com efeito, referência senão no seio de uma hiperlíngua, não na estrutura abstrata (geralmente morfossintática e fonológica), mínima e não dinâmica, que nossos gramáticos descrevem.

A mudança de hiperlíngua não leva necessariamente à absoluta incompreensão que corresponde às relações que engendram a longa passagem das protolínguas a suas longíquas descendentes. Mas quando se muda de natureza e se constituem espaços novos para a comunicação, a vida e a história dos homens (por exemplo quando se escuta a hiperlíngua portuguesa, espanhola, francesa ou inglesa em territórios americanos) produz-se uma nova estrutura local da hiperlíngua, que se observa muito rapidamente nas diferenças de estrutura discursiva. De resto, enquanto os comparatistas nos habituaram a que o papel do lingüista seja explicar como as línguas

mudam, casos como estes que acabamos de citar nos convidam a conceber que, compreender como a extensão da hiperlíngua possa não desembocar na incomunicabilidade, é um problema teórico e empírico muito importante.

A Hiperlíngua e a cegueira verbal

A externalidade da referência que estabelece a hiperlíngua pode ser apoiada sobre fenômenos patológicos bem conhecidos, desde que Charcot (1883) lhes deu o nome de “cegueira verbal”. O célebre alienista tinha observado o caso de um comerciante vienense (Küssmaul) que tinha perturbações importantes de visão: ele via, mas não podia reconhecer concretamente os objetos. Isto não o impedia de falar, muito ao contrário: a ausência do sentido concreto das imagens, fazia que suas representações fossem puras combinações de palavras (“mes rêves se sont également modifiés. Aujourd’hui, je rêve seulement en paroles” *ibid*). Mais próximo de nós, o caso de O. Sacks, documentado pelas próprias obras do paciente (Sacks 1988, 1990), resulta de uma patologia análoga. Ele sofria de uma espécie de agnosia que lhe interditava a visão das coisas. Capaz de definir as formas e as funções de uma luva, de imaginar seus usos possíveis, não chegava a reconhecê-la, a afirmar “isto é uma luva”. Segundo ele, ele funcionava exatamente como uma máquina, um computador, servindo-se de características chaves e de relações esquemáticas. Em outras palavras, ele possuía uma espécie de gramática, uma sintaxe, mas não conseguia ligá-la ao mundo. A representação abstrata da língua que reproduz a gramática contém sem dúvida um núcleo essencial das atividades lingüísticas, mas estas atividades não existiriam sem o substrato psicofisiológico que faz da fala humana uma realidade vivida no mundo.

Se os sujeitos não se compreendem, não haveria hiperlíngua. A hipótese de uma língua isótropa leva a supor que eles se compreendem perfeitamente e que eles têm igual acesso a todos os lugares da hiperlíngua. Se ela fosse válida sem restrição, então língua empírica e língua gramatical, quero dizer manifestações lingüísticas reais e enunciados engendrados por uma gramática, coincidiriam e não haveria história. Não é pela língua que há história (a língua gramatical pode ser datada, mas o tempo não é uma de suas dimensões intrínsecas), é

pela hiperlíngua.

Sendo a hiperlíngua um sistema dinâmico, a subdeterminação das atividades lingüísticas pelas gramáticas (Auroux, 1994 a) pode ser derivada de um resultado matemático bem conhecido. Não há em geral projeção “canônica” de uma dinâmica sobre um sub-espaço, ou seja, não há aplicação de uma dinâmica de um espaço multidimensional sobre dois sub-espaços suplementares, tal que o dado das duas dinâmicas obtidas possa permitir reconstruir a dinâmica inicial. Há forçosamente perda de informação quando se estuda um fenômeno deste tipo sobre sub-espaços de dimensão inferior, mesmo se se combinam os resultados obtidos sobre cada sub-espaço. Toda projeção (Saussure compara os aspectos sincrônicos e diacrônicos a projeções transversais e longitudinais de um mesmo sistema dinâmico multidimensional) diacrônica (uma gramática histórica) ou sincrônica (uma gramática, no sentido usual) é menos rica que a hiperlíngua.

A Dualidade da Competência Lingüística

Que falar não seja meramente e simplesmente calcular, mas situar-se em uma hiperlíngua, explica certas dificuldades da hipótese da composicionalidade do sentido. Quando se defende esta hipótese, supõem-se duas coisas. A primeira é que se é capaz de construir uma representação semântica de cada uma das unidades lingüísticas que seja tal que o valor semântico de toda combinação destas unidades é uma função daquela de seus componentes. A segunda, que decorre da primeira, é que a representação semântica prediz verdadeiramente o valor de toda ocorrência possível. É esta coerção que impede que se possa compreender o que isto é para a criatividade. Quando se introduz um termo no cálculo do valor de uma ocorrência, é o tipo do termo (sua representação no “dicionário”) que se é obrigado a introduzir. Isto não colocaria problema se a representação do tipo equivalesse a esta ocorrência. Como não é o caso (homonímia e polissemia), o cálculo consiste em encontrar um processo que nos faça passar do valor do tipo ao da ocorrência, por exemplo, admitindo que a representação do tipo é formada de elementos disjuntos, tais que quando dois tipos são contextualizados para formar uma seqüência, opera-se uma seleção de seus elementos que dá o valor das unidades lingüísticas nesta seqüência (Dominicy, 1984, 106). De qualquer forma, em toda seqüência que

constitui uma ocorrência lingüística, cada unidade lingüística representa, ao mesmo tempo, seu tipo e o valor, que, selecionado neste tipo, é o que lhe é atribuído na ocorrência. Este processo, esquematizado em [1], quando fazemos um modelo da produção da linguagem humana, torna-se uma hipótese racionalista e mesmo idealista (o tipo precede a ocorrência como as idéias platônicas precedem o sensível no qual se encarnam). Voltamos à hipótese que criticamos: para falar, é necessário ter algo como um dicionário na cabeça.

$$[1] \text{ } [[xyz]_{\text{tipo1}} \text{ } [abc]_{\text{tipo2}}] \longrightarrow [[x]_1 \text{ } [b]_2]_{\text{ocorrência}}$$

Empíricamente, no entanto, não temos senão seqüências de ocorrências e a situação se apresenta sobretudo como [2]

$$[2] \text{ } [[y]_1 \text{ } [c]_2]_{\text{ocorrência 1}}, [[x]_1 \text{ } [b]_2]_{\text{ocorrência 2}}, \text{ etc.}$$

Devemos nos colocar algumas perguntas: i) o que memorizamos, tipos ou ocorrências?; ii) se memorizamos tipos, não é em seguida à memorização de ocorrências, como uma representação secundária, até mesmo utilizando algumas dentro delas como protótipos (hipótese empirista)?; iii) o autor de dicionários produz generalizações a partir de [2] para construir suas entradas, é possível que o locutor aja parcialmente da mesma maneira, ele o faz e em que medida?

A hipótese empirista da hiperlíngua não pressupõe que estas questões sejam definitivamente resolvidas. Ela se apoia (entre outras coisas) sobre o fato de que certas ocorrências são incompreensíveis se não se considera que elas têm, notadamente, por significação a remissão a outras ocorrências, ou seja, a representação de outras ocorrências, falas como as trocas de todo dia, mas *acontecimentos lingüísticos*, no sentido em que os novos historiadores especializados em análise de discurso (Guilhaumou) empregam esta expressão, ou seja, fórmulas elaboradas em circunstâncias precisas e que fazem época na memória coletiva (“Liberté, égalité, fraternité”). Podemos aprender línguas gramaticais, mas vivemos e trocamos falas, em um ambiente dado, com a memória dos discursos e dos acontecimentos lingüísticos. Um homem que não soubesse se situar na realidade de uma hiperlíngua não falaria mais que um computador incapaz de responder ao teste de Turing, ou que um doente atingido pela cegueira verbal.

Seria absurdo resolver a competência lingüística humana na

“capacidade das ocorrências”. Quando digo “bom dia”, quando manejo a morfologia ordinária de minha língua, em geral não penso nisto. Não tenho lembrança de tal ou qual ocorrência que provém de um acontecimento lingüístico conservado na memória coletiva. Minha competência provém de algum modo do hábito. Não é sempre assim. Se digo “liberdade”, isto pode ser uma citação de Eluard, ou algo associado a uma circunstância de minha vida. Isto não provém do hábito, mas da lembrança. Pode-se referir a língua gramatical ao hábito. O hábito não é suficiente para comunicar.

O Valor Explicativo da Hiperlíngua: o caso do Songhai

A gramática histórica do século XIX desenvolveu-se segundo modalidades que levam a fazer a hipótese de que a estrutura do que chamamos a hiperlíngua não tem influência sobre o devir das línguas. É o sentido do modelo arborescente de divergência das línguas, mesmo atenuado pelas concepções difusionistas da teoria das vagas.

Ora, sabe-se que este modelo se depara com sérios problemas sobre certas línguas, como as línguas ameríndias ou africanas. Admite-se, em geral, que estas dificuldades provêm do fato de que o caráter oral das culturas concernidas não permite que permaneçam traços da evolução das línguas. Em outras palavras, não se coloca em causa nem o modelo arborescente, nem o fato de que se possa compreender a mudança lingüística. Ora, em um livro recente, um africanista chegou a uma contribuição teórica admirável. Trata-se do songhai, língua falada principalmente no cotovelo do Níger, do qual nenhum pesquisador até agora tinha conseguido determinar o parentesco. Nicolai resume assim suas conclusões:

a língua da qual procuramos o parentesco era o resultado da evolução de uma forma pidginizada do touareg na estrutura tipológica de uma língua mandê; é esta língua que se torna o songhai desenvolvendo sua própria tradição normativa (1990, p. 19).

O modelo arborescente é evidentemente colocado em causa (como em todos os casos de pidginização): o songhai não descende de uma única proto-língua. É a argumentação de Nicolai que nos interessa

principalmente. Primeiro, ele ressalta que o songhai corresponde a uma verdadeira dispersão geográfica de várias formas dialetais. Em seguida, ele nota que o songhai deve ter tido um papel veicular nas trocas saharo-shaello-sudanesas. Enfim, ele constata que a maior parte das variedades atuais do songhai, “resultantes do songhai veicular são (re)vernacularizadas e que as populações que as utilizam, necessariamente bilingües na origem, se elas não abandonaram o uso de sua língua materna inicial, pelo menos *inverteram as funções sociolingüísticas atribuídas aos códigos de seu repertório*” (idib. p. 34). Em outras palavras, o que se chama o songhai encontra-se engajado em estruturas de hiperlínguas muito diferentes, nas quais se reconheceria, notadamente, os sujeitos bilingües. Tais hiperlínguas são diferentes das que conheceram as línguas européias, com seus sistemas de escrita homogeneizantes e, mais tarde, aos Estados-nação ao monolingüísmo coercitivo. Não é porque a escrita não deixou traços que o modelo arborescente não explica o caso do songhai, é porque com ou sem escrita as hiperlínguas não têm a mesma estrutura.

Tradução: Eduardo Guimarães

BIBLIOGRAFIA

- AUROUX, S. (em colaboração)(1996). *A Filosofia da Linguagem*. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.
- AUROUX, S. (1994a). *La Révolution Technologique de la Grammatisation*. Liège, Mardaga.
- AUROUX, S. (1994b) “L’hypothèse de l’Histoire et la Sous-détermination Grammaticale”. *Langages*, 114, p. 15-40.
- AUROUX, S. (Dir.)(1992). *Histoires des Idées Linguistiques*, V. II. Liège, Mardaga.
- CHARCOT (1883). *Sur un Cas de Cécité Verbale*. Oeuvres Complètes. Montpellier, Paris, 1885-1890, t. III, pp. 155-165.
- COLLINOT, A. e MAZIÈRE, F. (1997). *le Prêt à Parler*. Paris, PUF.
- GUILHAUMOU, J. (1996). “Vers une Histoire des Événements Linguistiques: un nouveau Protocole d’Accord entre l’Historiens et le Linguiste”. *Histoire épistémologie Langage*, 18/11, p. 103-126.
- LAKS, B. (1996). *Langage et Cognition: l’Approche Connexionniste*. Paris, Hermes.

- MANESSY, G. (1995). *Créoles. Pidgins, Variétés Véhiculaires*. Paris, Éditions du CNRS
- NICOLAÏ, R. (1990). *Parentés linguistiques (à Propos du Songhai)*. Paris, Éditions du CNRS.
- NUNES, J. H. (1996). *Discurso e Instrumentos Lingüísticos no Brasil: dos Relatos de Viajantes aos Primeiros Dicionários*. Tese de doutorado. Unicamp.
- PENNISI, A. (1992) "Pathologies et Philosophies du Langage". *Histoire Epistémologie Langage, XIV-2*.
- PUTNAM (1990). *Représentation et Réalité*. Paris, Gallimard.
- SACKS, O. (1990). *Des Yeux pour Entendre. Voyage au Payz des Sourds*. Paris, Seuil.
- SACKS, O. (1988). *L'Homme qui Prenait la Femme pour un Chapeau*. Paris, Seuil.